



Governo do Estado de São Paulo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília Seção de Processos de Qualidade

HCFAMEMA PROCEDIMENTO OPERACIONAL

Nº do Processo: 144.00011717/2025-45

Assunto: SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO PARA VIAGEM A SERVIÇO

CÓDIGO: HCF-CGP-PO-4

REVISÃO: 0

1. OBJETIVO

Definir o fluxo e as responsabilidades para solicitação de deslocamento em viagens a serviço por colaboradores do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília (HCFAMEMA), assegurando controle administrativo, transparência, conformidade legal e continuidade dos serviços institucionais.

2. APLICAÇÃO

Aplica-se aos colaboradores contratados e aos cargos comissionados do HCFAMEMA.

3. RESPONSABILIDADE

Cargos comissionados.

4. ABREVIATURAS E SIGLAS

CGP - Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

FOR - Formulário;

HCFAMEMA – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília;

RG - Registro Geral (documento de identidade);

SEI - Sistema Eletrônico de Informação.

5. MATERIAIS/EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS

		_	_
м	ate	ria	ic.

Não se aplica.

Equipamentos:

Computador;

Impressora.

Ferramentas:

Formulário Solicitação de Deslocamento para Viagem à Serviço (HCF-DGP-FOR-5);

Site HCFAMEMA;

Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

6. CONCEITOS E FUNÇÕES

Viagem a serviço: deslocamento realizado por colaborador a trabalho, autorizado previamente pela instituição.

Solicitação de deslocamento: pedido formal do colaborador para afastamento em função de viagem a serviço, incluindo liberação de frequência.

Colaborador: servidor ou empregado vinculado ao HCFAMEMA, sob regime jurídico estatutário ou celetista.

Chefia imediata: responsável por analisar, autorizar e validar a necessidade do deslocamento.

CGP: setor responsável por registrar, acompanhar e arquivar a solicitação, além de controlar a frequência institucional.

7. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

7.1 PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO

As solicitações de deslocamento para viagem a serviço devem ser encaminhadas via SEI através do formulário HCFAMEMA Solicitação deslocamento para viagem serviço (HCF-DGP-FOR-5).

O colaborador deve preencher o formulário HCF-DGP-FOR-5, informando:

- 1. Dados pessoais (nome, RG, cargo/função e regime jurídico);
- 2. Unidade administrativa de origem;
- 3. Detalhes do deslocamento (destino, município, período e motivo da viagem).

7.2 ENCAMINHAMENTO À CHEFIA IMEDIATA

A solicitação deverá ser encaminhada à chefia imediata, que avaliará a pertinência e autorizará o deslocamento, considerando a necessidade institucional.

7.3 TRAMITAÇÃO PARA A CGP

Após autorização da chefia, o processo será encaminhado à CGP para registro, homologação e liberação da frequência no sistema institucional.

7.4 ANEXO OBRIGATÓRIO

O colaborador deve anexar ao formulário o comprovante de agendamento da viagem.

7.5 PRESTAÇÃO DE CONTAS

O colaborador deverá entregar o Relatório de Atividades (HCF-DGP-FOR-9) em até 07 dias úteis após o retorno da viagem, sob pena de o período ser registrado como falta injustificada.

8. ORIENTAÇÕES GERAIS

A solicitação deve ser realizada com antecedência mínima necessária para análise e autorização pela chefia e

É de responsabilidade do colaborador verificar a documentação exigida e o cumprimento dos prazos.

O descumprimento da entrega do relatório no prazo implicará registro de faltas injustificadas, conforme legislação e normativos internos:

A CGP deve manter arquivo atualizado das solicitações, para fins de controle, auditoria e prestação de contas; Alterações de itinerário ou prorrogação do período da viagem devem ser comunicadas imediatamente à chefia e à CGP.

9. REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 48.292, de 02 de dezembro de 2003. Disponível no endereço eletrônico: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2003/decreto-48292-02.12.2003.html

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre a concessão de diárias e passagens no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2004-2006/2006/decreto/d5992.htm

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 — Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/l8112cons.htm

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. LEI N. 10.261, DE 28 DE OUTUBRO DE 1968 CONSOLIDADA E ANOTADA. Disponível no endereço eletrônico:

https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/Estatuto%20do%20funcionarios%20publicos.pdf

10. CONTROLE DE QUALIDADE

10.1 REVISÃO

Nº DA REVISÃO	DATA	ITEM	MOTIVO	VIGÊNCIA
-	06/10/2025	-	Elaboração	2 anos a partir da aprovação

11. ELABORAÇÃO

UNIDADE	NOME
Divisão de Recursos Humanos	Alessandra Olívia Mathias

12. CONFERÊNCIA

UNIDADE	NOME	
Seção de Processos e Qualidade	Amanda Sabatine dos Santos	

13. APROVAÇÃO

UNIDADE	NOME	
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Marília Barbosa da Silva	



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Sabatine Dos Santos**, **Chefe de Seção**, em 06/10/2025, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marília Barbosa Da Silva**, **Coordenador**, em 06/10/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acesso_externo=0, informando o código verificador
0082445176 e o código CRC 1957D868.